

GEOGRAFIA, SAÚDE MENTAL E O ESPAÇO VIVIDO: A CARTOGRAFIA SENTIMENTAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA PERIFERIA

Odilon Augusto Rêgo de Lima¹, Gabrielle Ambrussezi dos Santos², Pedro da Silva da Costa Santos³

¹ Graduando em Licenciatura Plena em Geografia UERJ - FFP, odilon.lima6@gmail.com, São Gonçalo, Rio de Janeiro - Brasil.

² Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia UERJ - FFP, gabrissezi@gmail.com, São Gonçalo, Rio de Janeiro - Brasil.

³ Graduando em Licenciatura Plena em Geografia UERJ - FFP, pedrosilvasantos1801@gmail.com, São Gonçalo, Rio de Janeiro - Brasil.

Resumo

O presente artigo analisa as potencialidades do ensino de Geografia na articulação entre território e saúde mental, a partir da aplicação da sequência didática “Geografia e Saúde Mental nas Periferias”, desenvolvida com estudantes do Ensino Fundamental em uma escola pública do município de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro. Fundamentado no conceito ampliado de saúde da Organização Mundial da Saúde e nas contribuições teóricas da Geografia Crítica, da Cartografia Sentimental e da Cartografia Social, o estudo problematiza as relações entre precariedade urbana, segregação socioespacial e sofrimento psíquico juvenil. A metodologia adotada baseou-se na construção coletiva do “Mapa do Sentir”, instrumento pedagógico que possibilitou aos alunos identificar e representar espacialmente lugares que adoecem e lugares que curam em seus territórios vividos. Os resultados evidenciam que fatores como ausência de saneamento básico, violência e abandono do poder público impactam diretamente a saúde mental dos estudantes, ao passo que redes de solidariedade, espaços religiosos e a própria escola emergem como ativos territoriais de cuidado e resistência. Conclui-se que a Geografia escolar, ao incorporar a dimensão subjetiva do espaço, fortalece o pensamento crítico, o sentimento de pertencimento e o direito à cidade.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Cartografia Sentimental. Saúde Mental. Periferia Urbana. Pesquisa-Ação.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia no século XXI enfrenta o desafio de superar a mera descrição das formas espaciais e avançar para a compreensão crítica das dinâmicas sociais, simbólicas e subjetivas que produzem o espaço e moldam a experiência humana. Nesse contexto, a relação entre território e saúde mental, especialmente em áreas periféricas, emerge como uma problemática urgente, que interpela diretamente o papel social da escola e da Geografia escolar enquanto campo de leitura do mundo e de formação cidadã. Este artigo desenvolve-se a partir da análise de uma proposta pedagógica intitulada “Geografia e Saúde Mental nas Periferias”, destinada a estudantes do Ensino Fundamental, fundamentada na articulação entre cartografia, território, subjetividade e educação.

A proposta didática ancora-se no conceito ampliado de saúde da Organização Mundial da Saúde, que compreende o bem-estar como uma condição biopsicossocial, e na metodologia do “Mapa do Sentir”, enquanto prática pedagógica que permite investigar como processos como segregação espacial, precarização da infraestrutura urbana, violência cotidiana, mas também cultura, pertencimento e redes de solidariedade, atravessam a subjetividade dos estudantes. Nessa perspectiva, a Geografia deixa de ser apenas uma disciplina escolar descritiva e passa a operar como instrumento de interpretação crítica do espaço vivido e das experiências socioespaciais que o constituem, aproximando-se daquilo que Milton Santos compreende como espaço enquanto instância social, produto e condição das relações humanas (SANTOS, 2006).

Historicamente, a cartografia esteve vinculada a projetos de dominação política e controle territorial, silenciando as vivências dos sujeitos ordinários que produzem cotidianamente o espaço. Como aponta Lacoste (1988 apud LOBÃO; OLIVEIRA; OLIVEIRA JUNIOR, 2022), o mapa não é um instrumento neutro, mas um dispositivo de poder, que seleciona, hierarquiza e invisibiliza realidades.

O espaço geográfico, nesse quadro, não é apenas cenário, mas também território de sofrimento, de resistência e de cura. Ao negligenciar a dimensão subjetiva do território, o ensino de Geografia corre o risco de tornar-se distante da realidade dos alunos.

Assim, o objetivo geral do estudo consiste em analisar a potencialidade da Cartografia Sentimental e do Mapeamento Participativo como ferramentas pedagógicas no ensino de Geografia para a compreensão das relações entre espaço urbano e saúde mental. De forma específica, busca-se discutir o conceito ampliado de saúde e sua relação com o território e as desigualdades socioespaciais; fundamentar teoricamente a prática do “Mapa do Sentir” à luz da Cartografia Sentimental de Suely Rolnik e da Cartografia Social; e avaliar de que modo a identificação de “lugares que curam” e “lugares que adoecem” pode fortalecer processos de identidade, pertencimento e resistência entre jovens das periferias urbanas.

DESENVOLVIMENTO

O Território, a Geografia e a Subjetividade: Da Descrição à Vivência

A Geografia escolar, historicamente, esteve marcada por uma tradição mnemônica e descritiva, centrada na enumeração de rios, formas de relevo e dados estatísticos frequentemente dissociados da realidade vivida pelos estudantes. Esse modelo de ensino, ainda presente em muitas práticas escolares, mostrou-se insuficiente diante da complexidade do mundo contemporâneo, no qual os fenômenos espaciais não podem ser compreendidos de forma isolada, mas como expressões de relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de uma Geografia escolar que não se limite à localização dos fenômenos, mas que contribua para a compreensão de como a vida humana é produzida e reproduzida no espaço.

Cavalcanti (2016) destaca que o papel fundamental da Geografia na escola consiste em instrumentalizar o aluno para a leitura crítica do mundo. Para a autora, a Geografia configura-se como uma ciência de síntese, capaz de articular o geral e o particular por meio do levantamento, do mapeamento e da ênfase regional, ao mesmo tempo em que busca relacionar os elementos da natureza física às dimensões sociais, culturais e morais da vida humana, produzindo uma visão integrada do espaço geográfico (CAVALCANTI, 2016).

À luz dessa perspectiva, abordar o tema “Geografia e Saúde Mental nas Periferias”,



conforme proposto no plano de aula analisado, exige a superação da dicotomia entre espaço físico e espaço subjetivo. O bairro, a rua ou o esgoto a céu aberto não podem ser compreendidos apenas como estruturas materiais, assim como sentimentos como medo, esperança e pertencimento não se dissociam do território em que são produzidos.

Para compreender as implicações do espaço na saúde mental, recorre-se ao conceito de Cartografia Sentimental, desenvolvido por Suely Rolnik. A autora propõe uma concepção de mapa que se distancia da representação fixa e objetiva da realidade, entendendo a cartografia como um processo dinâmico de acompanhamento das transformações que atravessam os sujeitos e os territórios.

Essa mudança confere ao ensino de Geografia uma dimensão simultaneamente clínica e política. O mapa oficial, muitas vezes, estigmatiza os territórios periféricos como “áreas de risco” ou “zonas carentes”, reforçando narrativas de ausência e precariedade. Ao produzir suas próprias cartografias, os alunos passam a mapear as intensidades do cotidiano, revelando tanto as dores quanto as potências inscritas no espaço vivido. Contudo, para que essa dimensão subjetiva não se dissocie das determinações materiais da vida social, torna-se fundamental articular essa abordagem à teoria do território de Milton Santos.

Santos compreende o território não apenas como uma base física, mas como território usado, isto é, o chão articulado à identidade, aos sentimentos e às relações de poder que nele se desenvolvem. Nas periferias urbanas brasileiras, esse uso do território manifesta-se de forma contraditória. De um lado, a ausência de políticas públicas, a violência e a precarização das condições de vida produzem espaços que adoecem, gerando sofrimento psíquico, ansiedade e medo. A falta de saneamento básico ou a impossibilidade de circular livremente pelo bairro não são apenas problemas infraestruturais, mas fatores que incidem diretamente sobre a saúde mental da população.

Por outro lado, o território periférico é também um espaço de invenção, resistência e produção de vida. Redes de solidariedade, manifestações culturais, religiosidade e práticas comunitárias configuram lugares de acolhimento e cuidado, denominados na proposta



pedagógica como “lugares que curam”. Ao identificar e valorizar esses espaços, o ensino de Geografia cumpre uma função emancipatória, permitindo que os estudantes reconheçam a potência de seus territórios e fortaleçam sua identidade socioespacial.

Dessa forma, a articulação entre a perspectiva integradora de Cavalcanti, a cartografia dos afetos de Rolnik e o conceito de território usado de Santos fornece o arcabouço teórico que sustenta a prática pedagógica do “Mapa do Sentir”. Essa abordagem evidencia que a saúde mental não pode ser compreendida como um fenômeno restrito ao indivíduo, mas como uma produção social profundamente relacionada à qualidade, aos usos e às afetividades do espaço vivido.

Ao incorporar a Cartografia Social ao contexto escolar, promove-se o que os autores denominam de (re)descoberta de saberes, na qual os sujeitos assumem o protagonismo da representação espacial. Diferentemente da cartografia sentimental, que pode assumir um caráter mais individual, a cartografia social configura-se como um instrumento de afirmação coletiva e de disputa de narrativas sobre o território. Nesse sentido, como aponta Lobão (2022), trata-se de uma prática política que prepara o caminho para a intervenção social.

A Metodologia do Mapeamento Participativo como Pesquisa-Ação e Prática de Liberdade e Cuidado

A metodologia adotada na proposta pedagógica insere-se no campo da Cartografia Social ou Participativa, uma abordagem que subverte a lógica tradicional da produção de mapas. Historicamente, a cartografia serviu como instrumento de dominação. Contrapondo-se a esse modelo, Lobão, Oliveira e Oliveira Junior (2022) defendem que o mapeamento participativo é um processo de “(re)descoberta de saberes”.

No contexto do plano de aula “Geografia e Saúde Mental nas Periferias”, essa abordagem materializa-se na atividade central denominada “Mapa do Sentir”. A atividade não solicita aos alunos a precisão métrica das ruas, mas a precisão afetiva das vivências. O procedimento didático divide-se em momentos dialéticos que refletem a complexidade da vida na periferia.

Primeiramente, ocorre a identificação dos "lugares que adoecem". Neste estágio, o mapa funciona como uma ferramenta de denúncia. Ao utilizarem cores e símbolos para marcar locais de violência, lixões a céu aberto ou áreas de insegurança, os alunos rompem com a naturalização da precarização. Essa etapa alinha-se ao que Crampton e Krygier (2008 apud LOBÃO et al., 2022) definem como "Cartografia Crítica", onde o mapa deixa de ser um espelho neutro da realidade para se tornar uma ferramenta ativa de questionamento das estruturas de poder.

Contudo, a proposta pedagógica avança para não paralisar o aluno no trauma. A segunda etapa da atividade foca nos "lugares que curam". Aqui, a cartografia social cumpre seu papel mais nobre: o de revelar as potências escondidas. Ao mapearem terreiros, igrejas, quadras de esporte, associações de moradores e praças de encontro, os estudantes exercitam a transição da "topofobia" (aversão e medo do lugar, muitas vezes reforçada pela mídia hegemônica) para a "topofilia" (laços afetivos de amor e pertencimento ao lugar).

A socialização desses mapas, prevista no plano de aula, transforma a sala de aula em uma ágora política. O mapa individual, ao ser compartilhado, revela que a angústia de um é, muitas vezes, a angústia de todos, assim como as soluções. Lobão (2022) reforça que o mapeamento participativo não é apenas sobre o produto final (o desenho), mas sobre o processo de construção coletiva.

Portanto, ao aplicar o "Mapa do Sentir", o professor de Geografia não está apenas ensinando localização espacial; ele está promovendo uma clínica social. O aluno percebe que, embora o território tenha marcas de sofrimento, ele também é repleto de redes de amparo. O mapa final, síntese dessas duas realidades, torna-se um documento de identidade e um instrumento de reivindicação por direitos e por uma cidade mais saudável.

Thiollent (2011) define a especificidade deste método ao afirmar que a pesquisa não pode ser dissociada da ação política e social. Para o autor, a validade científica está intrinsecamente ligada à sua capacidade de transformação:

A pesquisa-ação é inovadora do ponto de vista científico somente quando é inovadora do ponto de vista sócio político, isto quer dizer, quando tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos e das coletividades que expressam uma aprendizagem coletiva tanto na sua tomada de consciência como no seu comprometimento com a ação coletiva (THIOLLENT, 2011, p. 54).

Nesse sentido, a oficina "Geografia e Saúde Mental nas Periferias" opera exatamente nessa lógica de devolver o "controle do saber" aos estudantes. Ao serem convidados a construir o "Mapa do Sentir", os alunos deixam de ser objetos de estudo (estatísticas de violência ou saúde) para se tornarem sujeitos que produzem dados sobre o território.

A ferramenta escolhida para essa pesquisa-ação é a Cartografia Social. Segundo Lobão, Oliveira e Oliveira Junior (2022), o mapeamento participativo reconhece o conhecimento espacial e ambiental das populações locais, permitindo que a comunidade represente o território a partir de suas próprias interpretações.

No plano de aula, a atividade divide-se em dois momentos dialéticos que refletem a estrutura da pesquisa-ação proposta por Thiollent (diagnóstico e ação):

1. Diagnóstico dos "Lugares que Adoecem": Os alunos mapeiam as carências e violências. Thiollent (2011, p. 54) nos lembra que o objetivo não é apenas descrever, mas questionar "como a pesquisa poderia tornar-se útil à ação de simples cidadãos".
2. Proposição dos "Lugares que Curam": A etapa seguinte foca na identificação de potenciais (redes de cultura, lazer e afeto). Aqui, a Geografia Escolar atua na promoção da saúde.

Essa prática alinha-se ao que Crampton e Krygier (2008 apud LOBÃO et al., 2022) chamam de "Cartografia Crítica", onde os mapas exercem poder. Contudo, é a perspectiva de Thiollent que fundamenta o caráter educativo da atividade.

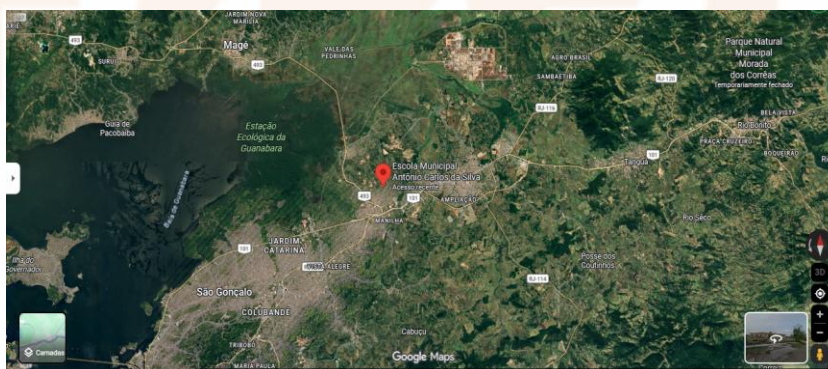
A socialização final dos mapas não é apenas uma apresentação de trabalhos, mas um exercício de cidadania onde o grupo se compromete com a transformação da realidade (THIOLLENT, 2011, p. 54).



A aplicação da sequência didática “Geografia e Saúde Mental nas Periferias” na Escola Municipal Antônio Carlos da Silva, situada no bairro Morada do Sol, no município de Itaboraí / RJ (Figura 1), evidenciou a estreita relação entre precariedade da infraestrutura urbana e sofrimento psíquico entre os estudantes. Os dados produzidos a partir da atividade do “Mapa do Sentir”, analisados em diálogo com indicadores socioeconômicos oficiais e reportagens da imprensa local, permitiram compreender como as condições materiais do território atravessam diretamente a subjetividade juvenil, configurando processos de adoecimento que extrapolam a dimensão individual.

No bairro Morada do Sol, onde a escola está inserida, essa dinâmica macroestrutural manifesta-se de forma concreta no cotidiano dos estudantes. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento indicam que apenas cerca de 11% do esgoto coletado em Itaboraí recebe tratamento adequado, realidade que se traduz, no plano vivido, na presença de valões de esgoto a céu aberto, alagamentos frequentes e forte poluição visual e olfativa. Relatos de moradores e reportagens locais denunciam, ainda, a ausência de pavimentação, que transforma as ruas em lamaçais intransitáveis durante os períodos de chuva, além da recorrente invasão de esgoto nas residências (R7; RECORD, 2019).

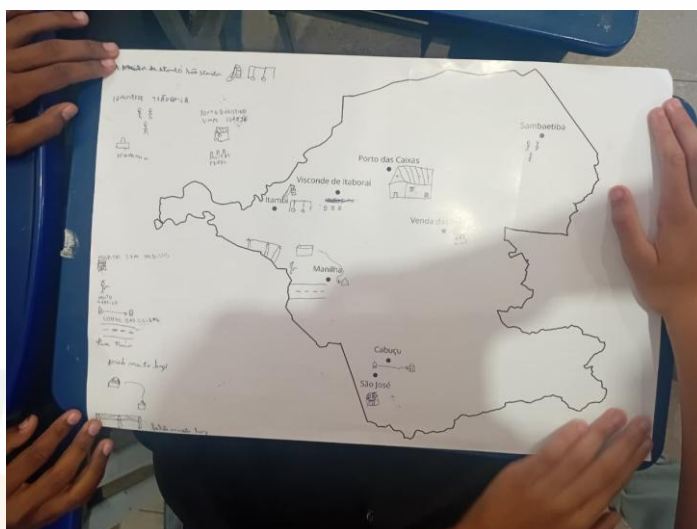
Figura 1: Mapa da posição da Escola



Fonte: Google Maps, 2026

Esses elementos emergiram de maneira recorrente no “Mapa do Sentir”, especialmente na categoria “Lugares que Adoecem”, na qual os estudantes associaram o “caminho da lama” e o “cheiro do valão” não apenas a problemas sanitários, mas a sentimentos de vergonha, isolamento social, medo e ansiedade. A impossibilidade de circular livremente pelo bairro ou de brincar nas ruas evidencia como a precariedade espacial compromete a autoestima juvenil (Figura 2), configurando o que Milton Santos denomina escassez, entendida como a privação de condições mínimas de cidadania (SANTOS, 2000).

Figura 2: Os mapas que enaltecem os Mapas do Sentir dos Alunos



Fonte: Autores, 2025

O confronto entre essa realidade territorial e a definição ampliada de saúde da Organização Mundial da Saúde, compreendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social (OMS, 1946), constituiu-se como um potente dispositivo pedagógico. Ao refletirem sobre essa concepção, os estudantes reconheceram que o ambiente em que vivem atua como um agente produtor de adoecimento, rompendo com a visão biomédica e individualizante da saúde mental. Nesse sentido, a violação do direito ao bem-estar social configura uma psicosfera de desamparo, na qual o sofrimento psíquico deixa de ser compreendido como falha individual e passa a ser reconhecido como resposta a uma violência estrutural e estatal inscrita no território.



Apesar desse cenário de carências, a metodologia inspirada na Cartografia Social permitiu evitar uma leitura exclusivamente deficitária do espaço ao valorizar os ativos territoriais existentes. No mapeamento dos “Lugares que Curam”, a escola emergiu como o principal espaço de segurança, acolhimento e estabilidade emocional, sendo frequentemente identificada como um refúgio em meio à precariedade urbana. Além da escola, os mapas revelaram redes de solidariedade pouco visibilizadas pelas representações oficiais do território, como igrejas e terreiros de matriz africana, reconhecidos como espaços de escuta e suporte emocional, bem como pequenos comércios locais que funcionam como pontos de encontro e vigilância comunitária. Terrenos baldios e áreas improvisadas também foram ressignificados pelas crianças como espaços de lazer e convivência, evidenciando a capacidade criativa da comunidade em produzir usos alternativos do espaço diante da ausência de políticas públicas.

CONCLUSÃO

A presente investigação, estruturada a partir da análise da oficina "Geografia e Saúde Mental nas Periferias", permitiu constatar que o ensino de Geografia, quando articulado às dimensões subjetivas da existência, transcende a mera transmissão de conteúdos curriculares para se constituir como uma ferramenta de promoção de saúde e cidadania.

Ao longo deste trabalho, demonstrou-se que a dicotomia entre o espaço físico e a saúde mental é uma fronteira artificial. A aplicação da Cartografia Sentimental (ROLNIK, 2006) no contexto escolar de Itaboraí revelou que a precariedade da tecnosfera, evidenciada pela falta de saneamento e infraestrutura no bairro Morada do Sol, reverbera diretamente na psicosfera dos estudantes, gerando sofrimento, vergonha e ansiedade. No entanto, a metodologia da Cartografia Social (LOBÃO et al., 2022) e a abordagem da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2011) provaram ser eficazes para romper com a paralisia do trauma.

Conclui-se que o dispositivo pedagógico do "Mapa do Sentir" cumpriu um duplo objetivo. Primeiramente, diagnosticou os "lugares que adoecem", permitindo que os alunos compreendessem suas angústias não como falhas individuais, mas como sintomas de uma



segregação socioespacial histórica. Em segundo lugar, e talvez mais importante, a identificação dos "lugares que curam" fortaleceu a topofilia e o sentimento de pertencimento, visibilizando as redes de solidariedade, cultura e religiosidade que sustentam a vida na periferia.

Em suma, mapear a dor e a potência da periferia é um ato pedagógico de liberdade. A sala de aula transforma-se, assim, em um espaço de cura coletiva, onde a compreensão crítica da realidade é o primeiro passo para que possamos, coletivamente, transformá-la (Figura 3).

Figura 3: Atividade Coletiva



Fonte: Autores, 2025

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: Itaboraí*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2022*. Brasília: MDR, 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2016.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *O impacto da paralisação do COMPERJ na economia fluminense*. São Paulo: CUT, 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.

LOBÃO, Jocimara Souza Britto; OLIVEIRA, Ana Isabel Leite; OLIVEIRA JUNIOR, Israel de (Orgs.). **Cartografia social: (re)descobrimos saberes**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; OLIVEIRA JUNIOR, Carlos Walter Porto-Gonçalves de. *Cartografia social: (re)descobrimos saberes*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Genebra: OMS, 1948.

R7. *Moradores de Itaboraí denunciam faltam de saneamento básico, asfalto e água*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/saneamento-basico/videos/moradores-de-itaborai-denunciam-faltam-de-saneamento-basico-asfalto-e-agua-14022023/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.